

# 1

## As noções de Salvação e de Mal na teologia hoje

Iniciamos o nosso trabalho apresentando um pano de fundo sobre o qual iremos desenvolver o objeto principal do nosso estudo. Para tanto, neste capítulo, vamos fazer uma exposição geral a respeito dos conceitos de salvação e de mal. Em relação ao primeiro deles, vamos apresentá-lo ao mesmo tempo como uma realidade que diz respeito à realização última do ser humano, sendo, portanto, uma realidade absoluta, e por outro, como algo que conhece várias apresentações ao longo da história de acordo com o contexto em que é expresso e vivido. Partindo de uma rápida visão histórica, vamos refletir sobre alguns esforços da teologia atual para uma leitura contemporânea da salvação cristã.

Quanto ao conceito de mal, após uma rápida definição logo no início do capítulo, dedicaremos todo um item a fim de fazer um breve resgate histórico da sua apropriação pela humanidade e de modo especial pela fé cristã.

### 1.1. Salvos de quê?

A realidade que a fé cristã expressa através do conceito de salvação é uma busca humana comum, presente em todas as religiões, e até mesmo em algumas ideologias não-religiosas. E se ocorre desta maneira, é porque se trata de algo que responde a uma profunda aspiração humana. O ser humano deseja se realizar, “conhecer um estado de felicidade estável e duradouro, descobrir o sentido último da sua existência”<sup>2</sup>. Deseja, enfim, uma vida “íntegra”, no sentido de desenvolver integralmente todo o potencial de realização a ele disponível.<sup>3</sup> E nessa busca, paradoxalmente, ele experimenta realidades que o limitam, que dificultam e até mesmo o impedem de alcançar esse ideal, realidades das quais, frequentemente, o ser humano se sente impotente para conseguir se libertar sozinho.

Daí a necessidade da salvação. Do ponto de vista cristão, que é o que vai nortear a nossa reflexão, a este conceito está subjacente a idéia de “sair

---

<sup>2</sup> MIRANDA, M. F., *A Salvação de Jesus Cristo*, p. 9.

<sup>3</sup> Cf. GRESHAKE, G., O Homem e a Salvação de Deus. In: NEUFELD, K., *Problemas e Perspectivas de Teologia Dogmática*, p. 225.

inesperadamente de uma ameaça de um mal”<sup>4</sup>. Ou seja, “na salvação, o homem é menos agente e sujeito do que paciente e objeto”<sup>5</sup>. Ela compreende o fato do ser humano estar diante de algo inesperado e do qual não pode se desvencilhar contando apenas com as suas próprias forças. Por isso, o verbo salvar é quase sempre apresentado na voz passiva. No Novo Testamento, o sujeito ativo do verbo salvar é quase sempre Deus<sup>6</sup>.

E de que é que alguém é salvo? Fundamentalmente, o ser humano é salvo do mal. “De quaisquer tipo de *males*”<sup>7</sup>. “Qualquer mal que ameaça o homem, exterior ou interiormente, enfermidade, erro, pecado, morte, pode ser, senão objeto da sua salvação (porque o objeto direto do verbo é o próprio homem), a matéria da qual é salvo”<sup>8</sup>. Ou vista por outro ângulo, a salvação é alcançar a plenitude daquilo que busca o coração humano, libertando-o de todas as realidades que o impedem de alcançar esta plenitude, ou seja, de todo o mal. Enfim, “salvação significa libertação do mal”<sup>9</sup>.

Se o mal é a realidade da qual todo o ser humano aspira ser salvo, cabe a tentativa de conceituar também esta realidade. Encontramo-nos, porém, numa real dificuldade, visto que por trás desta categoria, esconde-se uma gama vasta e complexa de fenômenos muitas vezes irreduzíveis a uma simples definição. “O mal é indefinível, porque é inabarcável”<sup>10</sup>. Segundo J. A. Estrada é “um absurdo, como algo que se opõe à racionalização do mundo e do homem”<sup>11</sup>. De qualquer forma, J. L. R. de la Peña tenta chegar a uma aproximação, apesar desse caráter multiforme e ao mesmo tempo aterrador daquilo que significa este vocábulo. Para este autor, o uso do termo mal se justifica pelo efeito unívoco produzido por todos os fenômenos por ele representado: dor<sup>12</sup>.

De qualquer forma, “se *salvação* significa a libertação de qualquer mal”<sup>13</sup>, ou seja, de qualquer realidade que cause dor, por se opor à dinâmica própria da vida que sempre aspira a uma maior realização da sua própria potencialidade, “seu sentido se concentra na libertação do mal que resume a todos: a morte”<sup>14</sup>. O Concílio Vaticano II diz que “é em face da morte que o enigma da condição

<sup>4</sup> SEGUNDO, J. L., *Graça e Condição Humana*, p. 165.

<sup>5</sup> Ibid.

<sup>6</sup> Cf. Id., *Salvos... de quê?* In: *Da Sociedade à Teologia*, p. 77.

<sup>7</sup> Ibid., p. 75.

<sup>8</sup> Id., *Graça e Condição Humana*, pp. 164-165.

<sup>9</sup> JOÃO PAULO II, *O Sentido Cristão do Sofrimento Humano: Carta Apostólica Salvifici Doloris*, n. 14.

<sup>10</sup> RUIZ DE LA PEÑA, J. L., *Teologia da Criação*, pp. 137-138.

<sup>11</sup> ESTRADA, J. A., *A impossível teodiceia: a crise da fé em Deus e o problema do mal*, p. 9.

<sup>12</sup> Cf. RUIZ DE LA PEÑA, J. L., op. cit., p. 138.

<sup>13</sup> SEGUNDO, J. L., *Salvos... de quê?* In: *Da Sociedade à Teologia*, pp. 77.

<sup>14</sup> Ibid.

humana mais se adensa”<sup>15</sup>. A primeira carta aos Coríntios afirma que a morte será o último inimigo a ser destruído (cf. 1 Cor 15,26).

### 1.1.1.

#### Alguns aspectos da antropologia teológica

O contraste entre a profunda aspiração pela felicidade e realização, por um lado, e a dura realidade do mal que restringe e muitas vezes até impede esta realização, por outro, nos leva a refletir um pouco mais detidamente sobre a condição humana. Obviamente que o faremos a partir dos pressupostos da teologia, pois há muitas e diversas antropologias que tentam definir o que é o ser humano e qual a sua finalidade, e que não dizem respeito diretamente ao nosso objeto de estudo.

Assim, ajudados pela antropologia cristã, constatamos que o ser humano é “*espírito na matéria*”<sup>16</sup>, isto é, um ser irredutível à dimensão meramente biológica<sup>17</sup>. Ele tem um valor que ultrapassa a qualquer realidade humana e encontra dentro de si uma abertura para a transcendência, ou seja, uma capacidade “de manter um diálogo salvífico com Deus”<sup>18</sup>. Mas tudo isso, vivido na corporeidade. O corpo, por um lado, é o que nos permite a relação com os outros seres humanos e com o ambiente que nos cerca. Por outro, porém, ele nos limita, impedindo-nos de realizar tudo o que desejamos, e muitas vezes expondo-nos à fragilidade e ao sofrimento<sup>19</sup>.

É nesta dupla condição de, vocacionados ao infinito, por um lado, e condicionados à finitude, por outro, que se encontra a realidade humana, cheia de um potencial realizador, mas também de conflitos inevitáveis. E sendo assim, a salvação só pode vir do Deus que criou o ser humano, já que este “criou o homem finito com o único propósito de ele mesmo vir a preencher sua finitude, e

<sup>15</sup> *Gaudium et Spes*, n. 18.

<sup>16</sup> MIRANDA, M. F., *A Salvação de Jesus Cristo*, p. 10.

<sup>17</sup> Não vamos entrar na complexa discussão a respeito da introdução do dualismo antropológico na reflexão cristã, pelo qual, ao longo da história, uma das dimensões do ser humano (quase sempre a “espiritual”) foi hipervalorizada em detrimento da outra (a dimensão “corpórea” ou “material”). De qualquer forma, considero importante mencionar esta questão, visto que o reconhecimento de que o ser humano é uma realidade complexa, composto de múltiplas dimensões, não esvazia nem diminui a profunda intuição bíblica de que o ser humano é uno, nem o fato de que as suas várias dimensões devam ser tratadas a partir da integração das mesmas. Para aprofundar este assunto, cf. RUBIO, A. G., *Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*, pp. 95-116.

<sup>18</sup> RUIZ DE LA PEÑA, J. L., *Teologia da Criação*, p. 39.

<sup>19</sup> Cf. MIRANDA, M. F., op. cit., p. 9.

isto com a única intenção de reservar para si a plenificação do seu déficit, fazendo explodir as barreiras de sua limitação<sup>20</sup>.

Essa plenificação, embora seja dom de Deus, ou seja, aquilo que na linguagem cristã chamamos especificamente de graça, não se faz sem o concurso da liberdade humana. Isto porque o ser humano foi criado à “imagem de Deus”, ou utilizando-se de um conceito consagrado pela reflexão teológica, o ser humano é pessoa.

O que a tradição teológica cristã quer dizer com o conceito de pessoa? A. G. Rubio, utilizando-se de vasta literatura, afirma que o conceito de pessoa, embora não sendo bíblico, traduz para o universo cultural greco-romano as intuições fundamentais da Sagrada Escritura a respeito do ser humano. Reconhece que ele vai sendo formulado no contexto das controvérsias trinitárias e cristológicas dos séculos IV e V, mas pouco a pouco, aplicado ao ser humano, vai recolhendo a intuição bíblica de que o ser humano foi criado numa perspectiva relacional, ou seja, “não é um brinquedo nas mãos de um Criador ou de uma força impessoal<sup>21</sup>. Assim, chamado por Deus a uma relação pessoal com ele, possui, no entanto, liberdade e autonomia para se posicionar frente a este chamado, podendo inclusive, se fechar à interpelação recebida<sup>22</sup>. Rubio ressalta ainda que a abertura ao chamado de Deus compreende também a abertura relacional aos outros seres humanos<sup>23</sup>, bem como à responsabilidade no relacionamento com a criação<sup>24</sup>.

Dessa forma, dizer que o ser humano é pessoa, significa dizer que este é alguém que “dispõe de si”, numa autêntica autopossessão, ou seja, é alguém dotado de liberdade, autonomia e que “tem em si mesma a sua própria finalidade<sup>25</sup>, não podendo, portanto, ser manipulado nem instrumentalizado por ninguém, pois isso seria contrariar a sua própria dignidade. Ao mesmo tempo, quer dizer também que esta autopossessão não significa autofechamento, visto que o mesmo sujeito que se autopossui é também aquele que está em relação com os outros, numa relação de alteridade. Ou seja, a pessoa é o sujeito que se possui para se tornar disponível<sup>26</sup>. E é nessa disponibilidade ao outro que o ser humano melhor se realiza, sendo o ápice desta realização a sua disponibilidade para o relacionamento com Deus, o seu Criador.

<sup>20</sup> RUIZ DE LA PEÑA, J. F., *Criação, Graça, Salvação*, p. 74.

<sup>21</sup> RUBIO, A. G., *Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*, p. 304.

<sup>22</sup> Cf. *Ibid.*, p. 311.

<sup>23</sup> Cf. *Ibid.*

<sup>24</sup> Cf. *Ibid.*, p. 310.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 308.

<sup>26</sup> Cf. RUIZ DE LA PEÑA, J. F., *op. cit.*, p. 43.

Sendo assim, a salvação na ótica cristã é um diálogo de liberdades. De um Deus que vem ao encontro do ser humano sem o qual não é capaz de atingir a plenitude da sua vocação e de um ser humano que é chamado a acolher (ou não) a essa oferta da graça.

### 1.1.2.

#### **As diferentes interpretações em relação à salvação**

A partir do que vimos acima, concluímos que a salvação, do ponto de vista cristão, é em última análise, Deus mesmo que se oferece a nós para entrar em comunhão conosco. E essa salvação nos é revelada em plenitude na pessoa de Jesus Cristo, o próprio Deus que assume a nossa condição humana, a fim de nos permitir participar da sua condição divina.

Porém, como a idéia de salvação é uma idéia complexa, que abarca a totalidade da existência humana, suas interpretações concretas sempre estarão condicionadas pelos elementos histórico-culturais. Por um lado, trata-se de um aspecto positivo, visto que uma salvação que não se encarne nas realidades concretas das pessoas e povos deixa de ser uma salvação na qual se possa crer e viver. Por outro lado, cada concreção histórica da mesma e única salvação cristã é sempre um risco de reduzi-la, deixando de lado aspectos importantes e mesmo fundamentais da realidade que ela representa. Por isso, é sempre bom estar atento “que a evolução histórica desta realidade só terminará na parusia”<sup>27</sup>.

Dentro dessa perspectiva, segundo M. F. Miranda, a salvação cristã será entendida de maneira diversa pelas patrísticas ocidental e oriental. Cada uma delas dará ênfase a um aspecto da existência de Jesus Cristo colocando-o como base para a salvação cristã. A patrística oriental colocou sua ênfase na encarnação do Filho de Deus. Assim, segundo essa visão, “o Verbo divino ao assumir a natureza humana une-se com ela, a diviniza e assim traz a salvação à humanidade. Salvação é, portanto, *divinização*”<sup>28</sup>.

Tal visão tem como origem um duplo dado bíblico: em primeiro lugar, a afirmação do Antigo Testamento de que o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus; depois, os textos bíblicos joaninos, sobretudo a cristologia da encarnação escrita para combater o docetismo<sup>29</sup> (cf. 1 Jo 1,1-3), heresia que, visando valorizar a divindade de Cristo, reduzia a sua realidade humana a mera

<sup>27</sup> MIRANDA, M. F., *A Salvação de Jesus Cristo*, p. 26.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>29</sup> Do verbo grego *dokein*, que significa ter a aparência, aparecer. Cf. LIÉBAERT, J., *Os Padres da Igreja, Vol. I: Séculos I-IV*, p. 30.

aparência, comprometendo, portanto, o realismo da encarnação. Tudo isso sem contar o contexto da filosofia grega da época, que “pensava Deus como transcendente e em oposição ao mundo”<sup>30</sup> com “uma evidente depreciação da matéria”<sup>31</sup> que a fé cristã não poderia admitir. Assim, além de reconhecer a bondade da matéria, a reflexão cristã oriental combatia a visão de que a participação humana na esfera divina seria fruto do esforço humano e não dom gratuito, buscando assim ser fiel à tradição neotestamentária<sup>32</sup>.

Como contribuição específica da teologia oriental para a compreensão cristã da salvação, temos o fato de que, nesta teologia, a relação entre Deus e o ser humano não é considerada como uma relação antagônica em nenhum momento, como frequentemente se verificará nas polêmicas ocidentais. Isto se dá pelo fato de que divinização e plena humanização do ser humano, em suma, sejam a mesma coisa. Assim, dúvidas sobre a relação graça e liberdade estão ausentes, pois os dois pólos da relação Deus-ser humano são sempre convergentes e nunca competitivos<sup>33</sup>.

Já a reflexão ocidental vai destacar, sobretudo, os textos bíblicos que falam do valor salvífico da paixão e morte de Jesus Cristo. Tal ênfase, aliada à mentalidade dos latinos, muito ligada a categorias morais e jurídicas, vai levar a uma preocupação com “uma ‘ordem’ do mundo: a ordem universal do direito e da paz entre Deus e os seres humanos”<sup>34</sup>. Assim, o pecado rompe essa ordem que precisa ser restabelecida. Este restabelecimento só pode ocorrer mediante a expiação da culpa, que por sua vez, segundo o direito germânico, exige “a equivalência entre a dignidade do ofendido e a dignidade do que satisfaz”<sup>35</sup>. Dessa forma, “só Jesus Cristo, homem-Deus, pode sofrer como homem e reparar à altura como Deus, pela entrega de sua vida por nós”<sup>36</sup>. Daí a necessidade do filho de Deus vir na carne a fim de sofrer na cruz e expiar a nossa culpa.

As duas reflexões, ao remeter preferencialmente a um aspecto da trajetória de Jesus Cristo, acabam reduzindo a salvação a um dos aspectos revelados. No Ocidente essa redução é aprofundada à medida que surge o confronto com Pelágio. Como sabemos, sua reflexão tem como objetivo a preservação da liberdade humana e a defesa da capacidade de todos os seres humanos de

<sup>30</sup> MIRANDA, M. F., *A Salvação de Jesus Cristo*, p. 21.

<sup>31</sup> Ibid.

<sup>32</sup> Cf. RUIZ DE LA PEÑA, J. L., *O Dom de Deus: antropologia teológica*, p. 246.

<sup>33</sup> Cf. Ibid., pp. 249-250.

<sup>34</sup> MIRANDA, M. F., op. cit., p. 23.

<sup>35</sup> Ibid.

<sup>36</sup> Ibid.

fazerem o bem por si mesmos. Isso fará com que ele visualize a graça como uma realidade concedida já no dom da criação, e, portanto, como posse definitiva do ser humano. Assim, bastaria apenas “uma realidade ‘externa’ para estimular a liberdade, já que uma realidade ‘interna’ destruiria a própria liberdade”<sup>37</sup>. Cristo, com isso, fica reduzido a um bom exemplo a ser seguido, a um modo de aprendizado, por meio do seu evangelho, sobre a maneira como devemos viver<sup>38</sup>.

Dessa forma, diante da necessidade de afirmar a primazia da graça frente à força escravizadora do pecado, passa-se a concebê-la como uma força invisível que permite o ser humano ser livre para viver em comunhão com Deus. Daí se vai evoluindo até o ponto de comumente se enxergar a graça de Deus como uma “coisa” que Deus dá ao indivíduo, “uma substância invisível, uma espécie de fluido de energia que temos e que podemos perder”<sup>39</sup>, e não como a própria autocomunicação de Deus mesmo, que não se reduz a um simples auxílio individual, mas a uma entrega da pessoa divina que consiste no amor que capacita o ser humano para uma existência nova, plena de sentido, em íntima conexão com os aspectos relacionais, sociais e cósmicos desta mesma existência.

Muito destas duas tipologias da salvação encontra-se incompreensível para o ser humano moderno. Surgem outros desafios. A virada antropocêntrica trazida pela cultura moderna leva a uma séria desconfiança com relação à pregação cristã, vista por muitos como uma forma de anular a liberdade humana frente ao protagonismo divino. A sociedade moderna, na sua fase otimista frente à capacidade humana de construção do progresso, chegou a ver na ciência e na técnica, e portanto, na realização humana, um meio plausível para se chegar a uma completa superação do mal. A eliminação de muitos deles seria uma questão de tempo<sup>40</sup>.

A própria história se encarregou de provar que isso se tratava de uma ilusão. A eliminação de alguns males por parte da ciência e da técnica não impediram que outros males surgissem tão aterradores quanto aqueles antes vencidos. Tal crise, porém, não devolveu à religião o papel de instância ordenadora da realidade, como acontecia na cultura pré-moderna. A sociedade em que vivemos é uma sociedade onde a primazia da organização social é dada

---

<sup>37</sup> MIRANDA, M. F., *A Salvação de Jesus Cristo*, p. 85.

<sup>38</sup> Cf. RUIZ DE LA PEÑA, J. L., *O Dom de Deus: antropologia teológica*, p. 256.

<sup>39</sup> MIRANDA, M. F., *Libertados para a práxis da justiça: a teologia da graça no atual contexto latino-americano*, p. 10.

<sup>40</sup> Cf. *Ibid.*, pp. 19-20.

pelo fator econômico. Isso, por um lado, libera as instâncias de sentido, dentre elas a religião, para adquirirem uma autonomia nunca antes experimentada. Por outro, há uma fragmentação das grandes visões de mundo, levando, a uma nova busca desenfreada pelo sagrado, mas sempre voltado para o atendimento das necessidades imediatas. Em suma, o sagrado é mais um objeto a ser consumido<sup>41</sup>. Assim, a graça se transforma num mero auxílio para a obtenção imediata de cura e alívio<sup>42</sup>. Não é à toa que hoje a religiosidade que predomina é a do milagre e do consolo<sup>43</sup>.

Como desafio apresentado por esta nova realidade, fica a tarefa para o cristianismo de rerepresentar a sua proposta salvífica como uma proposta global, não fragmentada, que diga respeito ao sentido último da vida humana e não apenas a alguns aspectos da realidade. E por isso mesmo, uma apresentação onde a salvação diga respeito a todas as áreas da vida, superando o antigo dualismo sagrado e profano, onde salvar-se significava apenas conquistar a vida eterna, sem qualquer impacto sobre as condições de vida aqui na terra. Tal apresentação demonstrou-se extremamente insuficiente, sobretudo à medida que se foi tomando consciência das terríveis desigualdades sociais existentes, inclusive, nos países de maioria cristã<sup>44</sup>.

Outro desafio que se apresenta para o discurso cristão hodierno é a dimensão cósmica da salvação. Este desafio nasce da crise ecológica, fruto do excessivo otimismo antropocêntrico moderno. A civilização construída sobre o mito do progresso ilimitado não se deu conta do fato de que os recursos naturais são limitados e que a Terra se encontra num estágio avançado de degradação, situação essa que exige uma ação imediata sem a qual o futuro da vida no planeta encontrar-se-á seriamente ameaçado<sup>45</sup>. De muitas partes, sobretudo nas novas espiritualidades integradoras da dimensão ecológica, surgem críticas infundadas de que o relato bíblico da criação teria a sua cota de responsabilidade no atual quadro de deterioração do meio ambiente, ao dessacralizar a natureza e autorizar o ser humano a exercer o seu domínio sobre ela<sup>46</sup>. Tais críticas não levam em conta que o domínio do ser humano sobre a natureza emerge da sua criação “à imagem” de Deus, sendo este, portanto,

<sup>41</sup> Uma interessante reflexão sobre as características da sociedade atual pode ser encontrada em: LIPOVETSKY, G., *A Era do Vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, pp. 7-16; 47-74.

<sup>42</sup> Cf. MIRANDA, M. F., *A Salvação de Jesus Cristo*, p. 14.

<sup>43</sup> Cf. LIBANIO, J. B., *A Religião no Início do Milênio*, pp. 248-264.

<sup>44</sup> Cf. MIRANDA, M. F., *Libertados para a práxis da justiça: a teologia da graça no atual contexto latino-americano*, pp. 20-21.

<sup>45</sup> Cf. BOFF, L., Espiritualidade. In: *Meio ambiente no século XXI*, pp. 35-36.

<sup>46</sup> Cf. MIRANDA, M. F., op. cit., p. 190-191.

corresponsável pelo cuidado e pela administração de toda a criação, participando do “governo divino do universo”<sup>47</sup>.

De qualquer forma fica o alerta para a inclusão da criação no discurso salvífico, quase sempre voltado exclusivamente para o ser humano. Mesmo o conceito de mal, no contexto moderno, muitas vezes foi tecido única e exclusivamente tendo presente apenas a humanidade, pois para alguns teóricos desse período, o mal é tudo aquilo que impede a humanização do ser humano<sup>48</sup>. Assim, na elaboração da complexa e profunda idéia de salvação, não se pode deixar de incluir, além do ser humano, o conjunto da criação, que juntamente com ele aspira pela sua redenção. Já o apóstolo Paulo havia tematizado isso, sobretudo partindo da idéia da criação do mundo e do ser humano em Cristo e de que a salvação final incluiria também a salvação de toda a criação (cf. Rm 8,19-22).

A fim de complementar o itinerário traçado ao longo deste item, e buscando enfatizar a sua pertinência, gostaríamos de lançar mão da reflexão de E. Schillebeeckx, que ao escrever a sua cristologia vai ressaltar a influência que o contexto oferece à idéia que se tem a respeito da salvação. Citemo-lo textualmente:

Idéias e expectativas de salvação e felicidade humana sempre são projetadas a partir de uma realidade concretamente experimentada e refletida de desgraça, sofrimento, miséria e alienação, a partir de experiências negativas, acumuladas numa história secular de sofrimentos, permeada de lampejos de experiências cheias de promessas de felicidade, experiências parciais de salvação numa história, através de gerações de expectativas não realizadas, de culpa e de maldade<sup>49</sup>.

Schillebeeckx vai lembrar concretamente, por exemplo, que a expectativa de salvação do povo judeu à época de Jesus era a do surgimento de um messias que o retirasse da situação de submissão política ao qual se encontrava. Situação que nem de longe representa as preocupações salvíficas dos tempos atuais.

Dentro desse quadro, tão plural e complexo, cada geração cristã, tendo presente diante de si as suas questões históricas, necessita revisitar a proposta integral do mistério da salvação em Jesus Cristo, como único caminho para a superação definitiva do mal e para a plena realização humana, a fim de evitar reducionismos e permitir que a compreensão dessa salvação na sua dimensão

<sup>47</sup> MIRANDA, M. F., *A Salvação de Jesus Cristo*, p. 190.

<sup>48</sup> Cf. RUBIO, A. G., *Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*, p. 603.

<sup>49</sup> SCHILLEBEECKX, E., *Jesus: a história de um vivente*, p. 13.

integral seja acessível aos contemporâneos. A teologia atual não tem fugido dessa tarefa. Vamos acompanhar um pouco mais da sua tentativa nos próximos itens.

## 1.2. Reino de Deus: a proposta cristã de salvação

O primeiro e fundamental aspecto deste esforço tem sido a recuperação da cristologia como referência fundamental da soteriologia. Frequentemente, ao longo da história, ocorreu deste vínculo ser negligenciado. Nos dias atuais, esta recuperação passa pelo interesse renovado pela figura histórica de Jesus de Nazaré, seu ministério e sua pregação, como fonte originária e vinculante para a fé da Igreja na sua Páscoa e no mistério mais profundo da sua pessoa. Daí a revalorização por parte da teologia da categoria Reino de Deus, enquanto síntese da proposta salvífica anunciada e concretizada por Jesus Cristo<sup>50</sup>.

Sendo assim, a salvação vai ser apresentada de maneira bem concreta pelo Novo Testamento através desta categoria. Ela articula as expectativas salvíficas anteriores e dá a ela um conteúdo extremamente superior. J. L. Segundo nos lembra brevemente as expectativas salvíficas na história do povo judeu. Durante a maior parte da trajetória do Antigo Testamento, a salvação é compreendida enquanto libertação dos males temporais, já que a existência terrena é a única reconhecida<sup>51</sup>. Somente de modo tardio, esta salvação vai aparecer como algo ocorrido depois da morte. Podemos comprovar isso olhando para o livro da Sabedoria, onde “o bem a que renunciou para ser justo durante a vida terrena, tê-lo-á no além como prêmio”<sup>52</sup>.

Em Jesus Cristo, porém, a salvação presente e futura aparece perfeitamente articulada sob a categoria Reino de Deus. Nela, “a salvação ‘total’ e absoluta aparece assim, através da atitude de fé que a torna possível, em misteriosa continuidade com todas as deliberações intramundanas, conseguidas não pelo rígido esforço do homem diante da lei, mas por sua entrega pessoal ao Salvador”<sup>53</sup>. Ou seja, todos os sinais salvíficos experimentados neste mundo são anúncios da salvação absoluta a ser experimentada no mundo vindouro.

<sup>50</sup> Cf. MIRANDA, M. F., *A Salvação de Jesus Cristo*, pp. 31-32.

<sup>51</sup> Cf. SEGUNDO, J. L., *Graça e Condição Humana*, p. 164.

<sup>52</sup> *Ibid.*, pp. 164-165.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 167.

De fato, nos evangelhos, salvar-se significa entrar no Reino (Mt 19,24-25). E para que a salvação pudesse ter a concepção abrangente que acima relatamos, a própria categoria Reino de Deus terá que conhecer uma evolução, visto que ela já era conhecida também no universo veterotestamentário, ainda que tardio<sup>54</sup>, mas não com o alcance proposto por Jesus. Este, ao iniciar o seu ministério, encontra uma grande expectativa em relação à vinda do Reino de Deus enquanto esperança salvífica<sup>55</sup>. Para os judeus do tempo de Jesus, “Reino de Deus possui indiscutivelmente uma conotação política”<sup>56</sup>. Como vimos, os judeus oprimidos pela dominação romana desejavam a intervenção de Deus que pudesse colocar fim a esta dominação, restaurando a liberdade do povo de Israel. Porém, “a pregação de Cristo destaca-se das expectativas messiânicas do povo. Cristo jamais alimenta o nacionalismo judeu; não diz nenhuma palavra de rebelião contra os romanos, nem faz qualquer alusão à restauração do reino davídico”<sup>57</sup>.

Mas se esta intervenção de Deus em favor do povo não significava uma restauração política de Israel, como era a expectativa messiânica, no que consistia então? Para Jesus, o Reino de Deus significava:

A realização de uma esperança, no final do mundo, de superação de todas as alienações humanas, da destruição de todo mal seja físico, seja moral, do pecado, do ódio, da divisão, da dor e da morte. Reino de Deus seria a manifestação da soberania e senhoria de Deus sobre esse mundo sinistro, dominado por forças satânicas em luta contra as forças do bem, o termo para dizer: Deus intervirá em breve e sanará em seus fundamentos toda a criação, instaurando o novo céu e a nova terra<sup>58</sup>.

Porém, é preciso dizer que essa esperança não é algo que se realiza apenas num futuro indeterminado, numa época incerta, mas que se inicia imediatamente com a pregação e a práxis de Jesus. “Os milagres de Cristo (...) visam mostrar que o Reino já está presente e fermentando dentro do velho mundo”<sup>59</sup>. Assim, Jesus realiza gestos concretos que demonstram a chegada da salvação de Deus e da libertação do ser humano em relação às forças do mal, que os evangelhos, seguindo o esquema mental da época, vão identificar com “demônios impuros” que escravizam a pessoa e a impedem de viver uma vida plenamente humana.

<sup>54</sup> Cf. MIRANDA, M. F., *A Salvação de Jesus Cristo*, p. 32.

<sup>55</sup> Cf. *Ibid.*

<sup>56</sup> BOFF, L., *Jesus Cristo Libertador*, p. 44.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 45.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 40.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 42.

Tratam-se de gestos que exprimem a gratuidade do Reino dos Céus, oferta de um Deus que nos ama, que quer a nossa salvação e a nossa completa libertação em relação ao mal. O Reino é dom e “como ponto de partida para receber o dom do Reino, é indispensável que o ser humano reconheça a própria incapacidade de autossalvar-se”<sup>60</sup>. Essa gratuidade da salvação divina revelada na pregação e na práxis de Jesus torna-se mais clara na sua explícita preferência pelos marginalizados, pelos oprimidos e sofredores, enfim, por aqueles mais vulneráveis às cruéis condições de vida a que são submetidos os que possuem menos recursos para se defender das duras investidas do mal presente no mundo. “A opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza”<sup>61</sup>. E a predileção divina pelos pobres nada tem haver com uma possível superioridade moral destes em relação aos incluídos da sociedade, mas diz respeito unicamente à situação injusta em que se encontram e à gratuidade do amor de Deus que se volta, sobretudo, para os que mais sofrem<sup>62</sup>. Ela revela ainda mais a atitude divina, que ama o ser humano gratuitamente, independente dos méritos deste, e que mesmo sem necessitar, na sua liberdade infinita, volta-se sobre a humanidade a fim de resgatá-la da situação opressiva em que se encontra.

Porém, se o anúncio do Reino de Deus e a sua inauguração na práxis de Jesus consistem num dom, ou em outras palavras, em graça, por outro lado, exige uma resposta do ser humano, ou seja, acolhida, conversão. É o que veremos no próximo item.

### 1.3.

#### **A acolhida (ou recusa) da salvação pelo ser humano: a liberdade**

A salvação de Deus, que se manifesta plenamente na pessoa e na obra de Jesus de Nazaré, não representa uma imposição, mas uma proposta. Apesar da condição muitas vezes indigente em que se encontra o ser humano, oprimido entre o desejo de felicidade e as duras condições reais de limite, frustração e sofrimento, este se encontra concretamente diante da possibilidade de acolher ou de recusar a oferta de Deus feita na pessoa de Jesus.

<sup>60</sup> RUBIO, A. G., *O Encontro com Jesus Cristo Vivo*, p. 36.

<sup>61</sup> Discurso inaugural de S. S. Bento XVI na V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. Citado por: CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, *Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*, n. 392.

<sup>62</sup> Cf. RUBIO, A. G., *op. cit.*, p. 38.

Assim, a acolhida do Reino compreende uma mudança de atitude à qual a fé chama de conversão. É a atitude de quem redireciona a sua vida segundo os valores e o projeto de Deus. “Conversão significa: mudar o modo de pensar e agir no sentido de Deus, portanto revolucionar-se interiormente”<sup>63</sup>. Se o Reino de Deus revelado plenamente em Jesus significa a manifestação de um Deus que ama sem limites, e sobretudo, aos mais desamparados, aquele que se confronta com este projeto deve, em primeiro lugar, se deixar amar incondicionalmente e entregar-se confiantemente nas mãos desse Deus que sempre faz o que é melhor para nós. Por outro lado, deve também buscar em sua vida assumir atitudes semelhantes às de Jesus, procurando fazer do amor o centro da sua vida e da sua prática, e da solidariedade com as vítimas do mal a sua atitude existencial mais fundamental.

Para realçar o que significa esta conversão, os evangelhos apresentam pedagogicamente a atitude farisaica como sendo exatamente o oposto da acolhida ao Reino. O fariseu, segundo a descrição dos evangelhos, é aquele que confia na sua própria justiça. Por obedecer a Lei, e portar uma lista enormes de obras por ele considerada virtuosas diante de Deus, sente-se seguro e na condição de “exigir dele [de Deus] o pagamento devido ao seu bom comportamento”<sup>64</sup>. Sendo assim, nutre desprezo pelos pecadores e por todos os que sofrem, pois se estes se encontram nesta condição, é porque certamente fizeram por merecer e não possuem as boas obras para apresentar a Deus que eles mesmos possuem.

Dessa forma, a pregação de Jesus abala profundamente as estruturas sociais e coloca em risco o *status quo*, incomodando de modo especial aqueles que dele se beneficia. Embora não pregue uma revolução política, a sua atitude não deixa de ser revolucionária, pois o Reino de Deus prevê a revisão das relações sociais, obrigando os que se encontram em posição privilegiada a abandonar seus privilégios e a abraçar como irmãos os que antes eram vistos como inferiores. Os poderosos, para entrar no Reino, precisam se converter. O rico Zaqueu é um exemplo: “a metade dos meus bens eu dou aos pobres, e àqueles que eu defraudei restituo o quádruplo” (Lc 19,8). Aqueles, porém, que estão excessivamente apegados aos seus bens e aos seus privilégios, vendo neles um fator ilusório de segurança diante de Deus e da vida, não se abrem à graça e rejeitam a proposta de Jesus. Deus respeita a livre decisão humana de quem rejeita a sua oferta de salvação em troca de falsas propostas humanas

---

<sup>63</sup> BOFF, L., *Jesus Cristo Libertador*, p. 49.

<sup>64</sup> RUBIO, A. G., *O Encontro com Jesus Cristo Vivo*, p. 42.

“salvíficas”, ilusões proporcionadas por bens transitórios. A cruz de Jesus é a maior prova desse respeito divino à liberdade humana. Jesus segue fiel até o fim mesmo sofrendo o máximo de rejeição a que o ser humano pode suportar.

Porém, vale dizer que este processo de decisão que leva o ser humano a acolher ou não a salvação oferecida por Deus é, ele mesmo, precedido pela ação de Deus. É Deus mesmo quem possibilita ao ser humano optar por acolher a sua salvação. Para a fé cristã, ninguém pode salvar-se por si mesmo. O ser humano foi criado sob o influxo da graça e é conduzido por ela. O desenvolvimento da cristologia sob o impacto da experiência da ressurreição, que sucedeu ao escândalo da cruz, levou a Igreja a descobrir a natureza divina de Jesus de Nazaré, e mais: levou-a a tomar consciência do fato de que toda a Criação foi feita em Cristo, contando com a presença ativa do Verbo de Deus. Dessa forma, o ser humano foi criado à imagem de Deus segundo o arquétipo que é Cristo<sup>65</sup>. Sendo assim, o ser humano foi criado já orientado para o Reino, que o Verbo ao se encarnar, veio trazer à plenitude.

É preciso levar em conta, porém, o fato de que todo o ser humano que vem a este mundo nasce já imerso numa humanidade pecadora. À estrutura de pecado na qual vive a humanidade, agrega-se ainda os pecados pessoais cometidos por cada homem e cada mulher, que tornam a liberdade humana impotente para sair da autossuficiência e do egoísmo para o amor. Assim, “toda a conversão é acionada pela ação salvífica divina, resulta da graça de Deus”<sup>66</sup>. A encarnação divina, que segundo a teologia atual, aconteceria mesmo sem o pecado, por ter essa característica de plenificação da criação, na prática, adquire também essa função redentora, visto que a humanidade concreta acabou caindo nas garras do pecado. Dessa forma, a fé cristã afirma que é Deus mesmo quem capacita a liberdade para que ela possa se realizar, abraçando o Reino e entrando no caminho da salvação.

O fato é que o Reino de Deus, inaugurado e tornado presente em Jesus de Nazaré, ainda não se realizou em plenitude. Entre a páscoa e a parusia, abre-se um tempo intermediário, o tempo da Igreja, onde experimentamos os sinais da presença do Reino, mas ainda vivemos na expectativa da sua plena realização. Nesse meio tempo, o ser humano sempre terá a possibilidade de abrir-se ao amor ou manter-se fechado no egoísmo, recusando-se ao influxo da graça de Deus, e com isso, não só sofrendo o mal do mundo como também contribuindo para o seu aprofundamento. A persistência do mal no mundo, apesar da oferta

---

<sup>65</sup> Cf. MIRANDA, M. F., *A Salvação de Jesus Cristo*, p. 45.

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 94.

definitiva de salvação em Jesus Cristo sempre foi e será um desafio. É o que vamos ver no próximo item, como conclusão deste capítulo.

#### **1.4.**

#### **A persistência do mal como desafio à fé na salvação: as suas diferentes tematizações**

Vale dizer que o cristianismo nascente, e mesmo o próprio Cristo, não estavam preocupados em tematizar razões para a existência do mal no mundo. Jesus, no desempenho do seu ministério, limitou-se a proclamar a libertação do mal pelo advento do Reino de Deus. Os primeiros discípulos, mesmo desconcertados com o acontecimento da cruz, que a princípio parecia o indício de um fracasso total do projeto de Jesus, logo são impactados com a experiência da ressurreição, que veio como confirmação da pregação de Jesus, além de ser o próprio Reino acontecendo em ato na pessoa do seu realizador. Às primeiras comunidades cristãs restou esperar pelo pronto advento da parusia, com a conseqüente volta de Jesus e a realização definitiva do Reino prometido.

O atraso na parusia, porém, apresenta para as comunidades cristãs um desafio grandioso, no sentido de obrigar a estas a articular a fé na instalação definitiva do Reino com a realidade da sua não-realização plena na história. Desenvolve-se a reflexão teológica que tenta articular o “já” e o “ainda não” da salvação. Torna-se novamente necessário a elaboração de uma reflexão sobre as origens do mal e sobre as causas da sua persistência no mundo, apesar da páscoa de Jesus Cristo. Essa reflexão deveria não só responder às perguntas da razão, como também manter viva a esperança na salvação definitiva inaugurada por Jesus, bem como o incentivo para a práxis antimal.

Obviamente, esta reflexão conhece antecedentes míticos e escriturísticos e bebe nestas fontes que estão disponíveis. Portanto, antes mesmo de tematizar as reflexões cristãs a respeito do mal, vamos fazer um breve panorama destes antecedentes.

##### **1.4.1.**

#### **Reflexões míticas a respeito do mal**

A busca por uma resposta a respeito da difícil questão do mal acompanha o ser humano desde tempos imemoriais. Se existe no ser humano

essa aspiração a uma plena realização, conforme já observamos no início do capítulo, a questão do mal exige uma resposta. Sobretudo se levarmos em conta o fato de que o ser humano é o único ser que se pergunta sobre o sentido de sua vida sobre a face da Terra.

Dentro deste universo, “um dos mais constantes recursos utilizados se apresenta sob a forma de narrativas mitológicas, ou mitos”<sup>67</sup>. A racionalidade moderna tem uma certa dificuldade em aceitar a lógica mítica, considerada ultrapassada e até mesmo um obstáculo ao progresso, que se enxerga como fruto da autonomia humana que tenta buscar por si mesmo a vitória sobre os males que afligem a humanidade. Assim, só teria espaço, numa humanidade emancipada, a verdade obtida “através da comprovação do diretamente observável, mensurável por regras e procedimentos nascidos nas academias”<sup>68</sup>.

Porém, a queda das utopias modernas, ocorrida diante da constatação de que a razão autônoma técnico-científica, ao lado do progresso produzido, criou também, quando absolutizada, desigualdades, mortes e desequilíbrio ambiental, inseriu-nos numa “inegável crise contemporânea, fazendo por isso uso de um termo questionável, ‘pós-modernidade’<sup>69</sup>, para expressar o desencanto, o pessimismo, o cansaço e a perda de referências na sociedade em relação à própria modernidade”<sup>70</sup>. Cresce a compreensão de que a realidade é complexa, o mundo plural, e o conhecimento limitado. “Relembramo-nos que muitas conquistas da ciência deram-se no bojo de uma racionalidade que não supunha o antagonismo entre a racionalidade mítico-religiosa e a racionalidade dita científica”<sup>71</sup>. Assim, a multiplicidade das manifestações do real faz com que as multiformes manifestações do saber não se excluam, mas se complementem, sem exigir, necessariamente, uma mútua comprovação<sup>72</sup>.

Por isso, vale a pena recuperar o papel dos mitos para a elaboração do sentido humano em relação à vida e de modo especial à realidade do mal. Chama-nos a atenção o fato de que, embora elaborados nas mais diversas culturas e sociedades, muitos mitos acabam “se reencontrando em uma espécie de circularidade ou participação”<sup>73</sup>. E isso é compreensível, pois na verdade eles são respostas a questões que ressoam no fundo da existência humana e que

<sup>67</sup> SOARES, A. M. A.; VILHENA, M. A., *O mal: como explicá-lo*, p. 21.

<sup>68</sup> Ibid., p. 71.

<sup>69</sup> Não entraremos na longa discussão sobre o termo mais adequado para definir o momento cultural atual, muito menos na disputa sobre o fato de ser esse momento já uma superação da modernidade ou apenas um momento particular dentro dela. Apenas fazemos referência para situarmos a questão dentro da realidade atual.

<sup>70</sup> GOMES, P. R., *O Deus Im-potente: o sofrimento e o mal em confronto com a cruz*, p. 42.

<sup>71</sup> SOARES, A. M. A.; VILHENA, M. A., op. cit., p. 72.

<sup>72</sup> Cf. Ibid., p. 73.

<sup>73</sup> Ibid., p. 40.

inquietam a humanidade de todos os tempos e lugares, como por exemplo, a questão referente à nossa origem e ao nosso destino.

Além disso, não podemos ignorar o peso que os mitos tiveram na cosmovisão cristã. Vale lembrar que esta foi elaborada no interior da cultura semita, muito afeita à linguagem narrativa. Somente num segundo momento a fé cristã confrontou-se com o discurso lógico-racional da filosofia e cultura gregas.

Vários autores citam como paradigmática a classificação dos mitos feita por P. Ricoeur<sup>74</sup>. Segundo este filósofo, os mitos, sobretudo aqueles elaborados no espaço do antigo Oriente Próximo e da Grécia podem ser classificados como sendo de quatro tipos: “os mitos que colocam o mal antes da criação, identificando-o com o caos primitivo que deve ser vencido pelo Criador”<sup>75</sup>; os que o apresentam como sendo “consequência da desobediência do ser humano ao plano do criador”<sup>76</sup>, dentre os quais, por exemplo, o mito de Adão e Eva e da queda do paraíso; os trágicos, que “procuram a origem do mal no destino preparado pelos deuses”<sup>77</sup>; e por fim, os que “colocam a origem do mal na situação da alma exilada e prisioneira da matéria”<sup>78</sup>.

Vamos agora verificar as diversas abordagens sobre a problemática do mal presente na Sagrada Escritura.

#### 1.4.2.

#### **O mal e a Sagrada Escritura**

Como nós sabemos, embora seja considerada pelos cristãos como Palavra de Deus, a Sagrada Escritura não é um texto pronto caído do céu. É Palavra de Deus escrita através da palavra humana, testemunha do progresso na compreensão da revelação divina que vai se dando pouco a pouco à medida que o povo cuja história é nela retratada vai aprofundando a sua experiência de Deus e a compreensão do seu mistério. No próximo capítulo, ao tratarmos da reflexão de Torres Queiruga, vamos apresentar a sua interessante visão sobre o progresso da revelação que nos permitirá aprofundar esta intuição. No momento, basta constataremos que na Bíblia se sucedem diversas imagens de Deus e

<sup>74</sup> Cf. RUBIO, A. G., *Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*, p. 606.; SOARES, A. M. A.; VILHENA, M.A., *O mal: como explicá-lo*, p. 43-51.

<sup>75</sup> RUBIO, A. G., loc. cit.

<sup>76</sup> Ibid.

<sup>77</sup> Ibid.

<sup>78</sup> Ibid.

consequentemente diversas visões a respeito da origem e do sentido do mal, que vão progredindo até aquilo que nos é plenamente revelado em Jesus Cristo.

Assim, os textos mais antigos da Bíblia não se furtam em atribuir o mal ao próprio Deus. “O israelita não via contradição entre a fé no Deus salvador e o mal atribuído a ele. Na realidade, tratava-se de um radical reconhecimento da total soberania de Iahweh, tanto na salvação, quanto na perdição”<sup>79</sup>. Ligado a esta cosmovisão, está a exigência de que “o sagrado seja rigorosamente observado em suas prescrições rituais”<sup>80</sup>. Chama à atenção e causa um certo escândalo à sensibilidade atual textos como o de 1 Sm 6, em que Deus fulmina Oza, o filho de sacerdote que acompanhava a Arca da Aliança no seu transporte, e que morre simplesmente por ter colocado a mão na arca para tentar impedir que ela caísse durante uma curva mal feita!<sup>81</sup> Este é um exemplo não raro deste “deus terrível” que aparece com certa frequência nas páginas da Bíblia, testemunha de um tempo em que Israel vivia não o monoteísmo, mas sim a monolatria, ou seja, a adoração de um único deus no meio de muitos que ainda se supõe existirem, e do qual muitas vezes recebe influências e características<sup>82</sup>.

A esta imagem de Deus sucede outra que é mais propriamente a do Deus da Aliança, própria dos profetas pré-exílicos e dos escritos deuteronomistas. “As condições para se obter os favores divinos são agora éticas”<sup>83</sup>. O povo deve constituir uma sociedade “justa e humana”, fiel ao decálogo, que terá assim a paz, a prosperidade e a longevidade tanto desejadas. O mal vem, portanto, como castigo pela aliança rompida e como tentativa pedagógica da parte de Deus de fazer o povo arrepender-se e voltar ao caminho correto.

Tal teologia goza de grande espaço na Escritura e é também chamada de teologia da retribuição, pela qual a pessoa e o povo recebem exatamente aquilo que merecem na sua fidelidade (ou não) à aliança divina.

Esta teologia, porém, entra em crise, na medida em que se observa que nem sempre essa equação é exata e que muitas vezes o justo sofre sem merecer. O livro de Jó é um exemplo paradigmático desta crise<sup>84</sup>. Porém, as suas raízes remontam à derrota de Judá para o império babilônico, que

<sup>79</sup> RUBIO, A. G., *Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*, p. 617.

<sup>80</sup> SOARES, A. M. A.; VILHENA, M. A., *O mal: como explicá-lo*, p. 43-51.

<sup>81</sup> Cf. QUEIRUGA, A. T., *Recuperar a Criação: por uma religião humanizadora*, pp. 62-65. O autor faz um inventário (não exaustivo) dos textos bíblicos em que Deus é retratado com traços demoníacos.

<sup>82</sup> Cf. SOARES, A. M. A.; VILHENA, M. A., op. cit., p. 55.

<sup>83</sup> Ibid., p. 57.

<sup>84</sup> Cf. GOMES, P. R., *O Deus Im-potente: o sofrimento e o mal em confronto com a cruz*, p. 39.

disseminou “a sensação generalizada (...) de que não bastava uma conduta ética para controlar os acontecimentos da vida”<sup>85</sup>. Israel se vê numa encruzilhada, pressionado entre as alternativas de abraçar a fé no Marduk babilônico, que aparentemente era mais forte que o seu lahweh, ou então, de cruzar as fronteiras do ateísmo. Entre uma e outra, opta surpreendentemente pelo “monoteísmo estrito”<sup>86</sup>, afirmando a transcendência de Deus e a nossa correspondente incapacidade de questioná-lo ou de compreender os seus desígnios.

É dentro desta acentuação da transcendência de Deus que aparece a figura de Satã como causa ou origem do mal. Após o Exílio, “lahweh fica tão distante do homem (nem mesmo o seu Nome deve ser pronunciado) que se faz necessária a existência de seres intermediários entre ele e o mundo humano”<sup>87</sup>. E com isso, “elementos demoníacos antes atribuídos a lahweh serão posteriormente referidos a Satã”<sup>88</sup>. Mais uma vez, o livro de Jó é testemunha desta evolução, que se por um lado, representa a superação da teologia da retribuição, por outro, ainda não traz uma resposta completa sobre a questão do mal, deixando a pergunta em aberto.

Não se pode desprezar uma linha, seguida sobretudo pela literatura sapiencial, que coloca os males referentes à condição humana como sendo naturais, pois “simplesmente fazem parte da criaturidade própria do ser humano”<sup>89</sup>. Nessa linha, não se faz referência nenhuma ao pecado, ou mesmo a um pecado das origens como explicação para o mal. Porém, diante desta posição, “uma pergunta sobretudo fica sem resposta: se o sofrimento e o mal constituem uma realidade natural, por que o ser humano não os aceita mesmo como naturais, antes se revolta e se indigna como se se tratasse de uma realidade antinatural?”<sup>90</sup>

E por fim, registramos a proposta escatológica, própria da literatura apocalíptica, pela qual o mal será superado no fim da história, quando haverá uma nova criação. Ela vira de cabeça para baixo as perspectivas iniciais, pois “se antes o sofrimento nessa vida era castigo para impuros e maldosos, agora ele é provação de alguns privilegiados (Sb 3,5)”<sup>91</sup>. Surge como resposta à persistência do mal e como ânimo para a resistência. Porém, bem sabemos que

<sup>85</sup> SOARES, A. M. A.; VILHENA, M. A., *O mal: como explicá-lo*, pp. 58-59.

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 59.

<sup>87</sup> RUBIO, A. G., *Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*, p. 621.

<sup>88</sup> *Ibid.*

<sup>89</sup> *Ibid.*, p. 622.

<sup>90</sup> RUBIO, A. G., *op. cit.*, p. 622.

<sup>91</sup> SOARES, A. M. A.; VILHENA, M. A., *op. cit.*, p. 59.

esta visão do mal como provação ou como sofrimento necessário a ser vivido nesta vida para se alcançar a vida eterna, muitas vezes foi, ao longo da história cristã, causa de resignação e passividade.

E já que falamos em história cristã, neste ponto podemos avançar para uma reflexão introdutória sobre o mal na tradição eclesial. Digo introdutória, pois certamente poderemos aprofundá-la um pouco mais nos capítulos posteriores, quando iremos apresentar a teologia do autor a ser estudado e teremos a oportunidade de confrontá-la com a rica reflexão da Igreja, bem como com a teologia contemporânea.

### 1.4.3.

#### O mal na tradição eclesial

Obviamente que não pretendemos esgotar este assunto. Só ele já valeria um trabalho completo. Apenas vamos assinalar alguns aspectos fundamentais que são importantes para a compreendermos o estado da questão.

Partindo deste pressuposto, se olharmos para o Catecismo da Igreja Católica, este apresenta a doutrina do Pecado Original como sendo a causa e origem de todos os males. Por ela, Adão é a fonte do pecado. Embora matize afirmando que a linguagem do relato do Gênesis é uma linguagem simbólica, cheia de imagens<sup>92</sup>, não deixa dúvida que esta doutrina é o reverso da salvação em Jesus Cristo, sendo, portanto, uma verdade de fé. E o afirma lembrando que o ser humano que permanecesse na intimidade divina, “não deveria morrer, nem sofrer”<sup>93</sup>, confirmando assim uma leitura literal dos textos sagrados.

Esta doutrina é complementada com a idéia da “queda dos anjos” que, uma vez expulsos do paraíso pela rebeldia com relação a Deus, seduz o primeiro homem e a primeira mulher levando-os ao pecado. É ao chefe desses anjos rebeldes – os demônios – que a tradição chama de Satanás ou Diabo<sup>94</sup>.

Mesmo reconhecendo que a transmissão do “pecado original é um mistério que não somos capazes de compreender plenamente”<sup>95</sup>, faz questão de explicar que esta pode ser compreendida à luz da “unidade do gênero humano”<sup>96</sup>, fazendo com o que o que aconteceu a Adão tenha ressonâncias em toda a humanidade.

---

<sup>92</sup> Cf. CIC n. 362; 390.

<sup>93</sup> CIC, n. 376.

<sup>94</sup> Cf. CIC, n. 391.

<sup>95</sup> CIC, n. 404.

<sup>96</sup> Cf. CIC, n. 404.

Sabemos, porém, que tal doutrina, embora faça parte do patrimônio espiritual da Igreja, se apresentada desta forma, sem matizações que a permita dialogar com os paradigmas modernos, soa como ultrapassada. Quando abordamos as explicações mitológicas para as origens do mal relatamos que estas não podem ser sem mais descartadas; porém, não podem também ser absolutizadas, sem um profícuo diálogo com a linguagem científico-racional próprio da modernidade. O pior é quando transformamos o mito numa narração, querendo transformar em história aquilo que é um relato etiológico.

Certamente a reinterpretação do pecado original dentro das coordenadas da modernidade encontra-se apenas numa fase inicial. Não é pretensão nossa fazê-lo nesse trabalho, pois nem mesmo o autor que iremos estudar o faz por completo, como veremos oportunamente. Apenas nos utilizaremos de G. Rubio e M. F. Miranda para fazer perceber quais são as balizas necessárias para uma compreensão atual do mistério do mal dentro da contínua corrente da tradição.

G. Rubio nos lembra que Agostinho clarifica a sua doutrina do Pecado Original na polêmica com Pelágio. Já citamos anteriormente tal polêmica, mas aqui cabe revisita-la no intuito de compreender melhor o tema em questão. Pelágio atua na virada do século IV para o V, quando a Igreja já havia conquistado a liberdade e o reconhecimento oficial, e muitos se tornavam cristãos sem levar em conta as exigências éticas ou simplesmente para obter privilégios sociais. O longo catecumenato da Igreja perseguida estava começando a cair em desuso. Como reação, Pelágio prega um ideal ascético baseado num objetivo otimismo antropológico: “o ser humano tem por si mesmo capacidade para evitar o pecado e para realizar o bem que conduz à vida eterna, não sendo necessária, em consequência, uma graça interna que lhe outorgue essa capacidade”<sup>97</sup>. O que Pelágio entendia por graça nada mais era do que aquilo que o ser humano já havia recebido de Deus na criação: inteligência e liberdade<sup>98</sup>.

O problema se agrava, contudo, com os seus discípulos, que vão negar explicitamente a realidade do pecado original e da sua transmissão por geração, independente da vontade do indivíduo; “portanto, crianças recém-nascidas encontram-se como Adão antes da queda”<sup>99</sup>.

É diante dessa pregação que Agostinho reafirma “a realidade da corrupção da natureza causada pelo pecado de Adão”<sup>100</sup>. Assim, “o ser humano

<sup>97</sup> RUBIO, A. G., *Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*, p. 629.

<sup>98</sup> Cf. RUBIO, A. G., op. cit., p. 630; MIRANDA, M. F., *A Salvação de Jesus Cristo*, p. 85.

<sup>99</sup> MIRANDA, M. F., op. cit., p. 85.

<sup>100</sup> RUBIO, A. G., op. cit., p. 631.

é incapaz, sem a graça de Deus de evitar o pecado ao qual está inclinado pela concupiscência<sup>101</sup>. E essa graça é entendida como graça interna, fruto do derramamento do Espírito decorrente da salvação realizada no mistério pascal de Cristo.

Tal doutrina é continuamente reiterada pelos concílios da Igreja, chegando ao patamar de verdade de fé pelo Concílio de Trento, no século XVI. Hoje os teólogos discutem o que na definição conciliar é verdade de fé realmente e o que é instrumental pedagógico para expressar essa verdade. G. Rubio lembra que para vários teólogos da atualidade, a verdade afirmada por Trento estaria no fato de que todo o ser humano vem a este mundo necessitando do perdão de Deus, e de que o batismo liberta o ser humano de todo o pecado. O concílio não chega a uma descrição exata do que seria a essência do pecado original, nem se pode dizer que faça parte do dogma de fé a afirmação literal do relato do paraíso, visto que na visão fixista de então, a leitura literal do texto não era colocada em questão<sup>102</sup>.

Sendo assim, na discussão atual, como considerar a questão do pecado original? Certamente tal pergunta se torna mais dramática quando levamos em conta a visão evolucionista do mundo. Em primeiro lugar, “a realidade do pecado original não deve ser entendida como a *única* causa e fonte dos males da humanidade<sup>103</sup>. Voltaremos a esse ponto em seguida. No momento, vamos apresentar algumas balizas importantes que a teologia atual tem colocado para futuros aprofundamentos em relação à questão do pecado original.

Assim, segundo a reflexão contemporânea, o que esta doutrina quer expressar é a firme convicção da tradição eclesial de que existe no ser humano um “existencial negativo”<sup>104</sup>, prévio a toda a decisão pessoal, que o coloca numa situação de não-salvação. “Trata-se de uma situação que guarda analogia com o estado de pecado”<sup>105</sup>. Esta situação negativa faz com que o ser humano necessite da graça de Cristo para fazer a experiência da salvação.

Tal situação, embora não seja um pecado pessoal, pode analogicamente ser chamado pela tradição de pecado, por dois motivos. Em primeiro lugar, pela extrema solidariedade que existe entre os seres humanos, que formam uma verdadeira comunidade. Portanto, esta afirmação de fé brota de uma antropologia que nega o extremo individualismo de algumas antropologias

<sup>101</sup> RUBIO, A. G., *Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*, p. 631.

<sup>102</sup> Cf. *Ibid.*, p. 636.

<sup>103</sup> *Ibid.*, p. 639.

<sup>104</sup> MIRANDA, M. F., *A Salvação de Jesus Cristo*, p. 93.

<sup>105</sup> RUBIO, A. G., *op. cit.*, p. 640.

modernas. Aquilo que afeta a um ser humano, de alguma forma afeta a humanidade como um todo. Assim, a situação negativa que nos afeta “está em conexão com uma comunidade e uma história de pecadores iniciada com Adão”<sup>106</sup>. Além disso, esta situação coloca em cada ser humano uma inclinação real para o pecado, “de tal maneira que, sem a graça de Cristo, o ser humano não seria capaz de evitar os pecados pessoais por longo tempo”<sup>107</sup>.

Outra questão que se coloca, sobretudo no confronto com o evolucionismo, é sobre a natureza deste possível primeiro pecado que teria afetado a humanidade negativamente. Alguns teólogos identificam assim, o pecado original com o “pecado do mundo”, ou seja, com o conjunto de todos os pecados cometidos pela humanidade, que gera uma situação real negativa na qual nasce mergulhada toda criança que vem a este mundo. Assim, “a situação de cada ser humano encontra-se afetada pelos pecados dos outros homens e mulheres do passado e do presente”<sup>108</sup>. “Vivemos numa sociedade estruturada na injustiça e no privilégio, que oprime, desumaniza, empobrece, infelicita. (...) Este estar-situado em meio às objetivações de pecados alheios é o que impropriamente chamados de *pecado original*”<sup>109</sup>. Porém, G. Rubio deixa claro que há um número considerável de teólogos que acredita no papel negativo exercido especialmente por um primeiro pecado, cometido na aurora da espécie humana, dada a situação pecaminosa em que se encontra o conjunto da humanidade<sup>110</sup>. De La Peña, por fim, lembra ainda que existe uma postura intermediária, que preconiza uma combinação das duas possibilidades: “o pecado *originante* seria uma magnitude dinâmica, não estática, que começa a produzir seu efeito a partir do cometimento do primeiro pecado histórico e que se vai engrossando, a modo de bola-de-neve, com todos os pecados pessoais”<sup>111</sup>.

Há algumas questões que restam pendentes de toda essa discussão. Não queremos esgotá-las aqui, visto que o objetivo deste capítulo é tão somente apresentar um panorama dentro do qual poderemos enquadrar a contribuição específica de Andrés Torres Queiruga, o teólogo que iremos estudar. Uma destas questões refere-se ao problema do mal físico. Fica claro para nós, numa discussão moderna, a impossibilidade de atribuí-lo direta e exclusivamente ao pecado original, como se fazia sem mais na teologia clássica. Ninguém que tenha um mínimo de abertura para o diálogo com a cultura moderna ou para

<sup>106</sup> RUBIO, A. G., *Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*, p. 641.

<sup>107</sup> *Ibid.*, p. 642.

<sup>108</sup> *Ibid.*, p. 647.

<sup>109</sup> MIRANDA, M. F., *A Salvação de Jesus Cristo*, p. 93.

<sup>110</sup> Cf. RUBIO, A. G., *op. cit.*, p. 648.

<sup>111</sup> RUIZ DE LA PEÑA, J. L., *O Dom de Deus: antropologia teológica*, p. 165-166.

uma leitura atualizada da Sagrada Escritura irá defender um mundo sem a morte biológica ou um modo de vida vivido num paraíso terrestre sem os conflitos nem as dores próprias do processo evolutivo. Porém, justamente por esta preocupação estar ausente das discussões teológicas ainda determinadas pela cultura pré-moderna, trata-se de uma questão ainda em aberto e que suscita inúmeras abordagens. Torres Queiruga, por exemplo, fará uma abordagem que colocará, de uma certa forma, o mal físico lado a lado com o mal moral, e não subordinado a este. Por isso, para aprofundar essa questão, aguardaremos os próximos capítulos.

De qualquer forma, queremos concluir o tratamento desta questão, lembrando que toda a discussão do mal e do pecado, em geral, e do pecado original, em particular, na tradição bíblica e eclesial está em função da salvação de Jesus Cristo, e não o contrário. É preciso afirmar a universalidade da salvação que é muito mais abrangente do que o mal existente no ser humano. G. Rubio lembra a contribuição trazida por K. Rahner. Este afirma que se o existencial negativo faz parte de todo o ser humano que vem a este mundo, também faz parte o existencial positivo que brota da redenção em Cristo. Assim, “a graça da redenção em Cristo atua em cada ser humano previamente a todo ato livre que este possa realizar, antes mesmo do batismo e da justificação”<sup>112</sup>. O paralelismo entre Adão e Cristo apresentado pela Escritura e pela Tradição exige considerar que o ser humano, previamente a toda a decisão pessoal, é “perdido em Adão” e salvo em Cristo. A decisão livre de acolhida ou não da graça oferecida é que determinará a direção daquela vida humana situada na liberdade, dialeticamente entre dois caminhos. Tudo isso levando em conta que a graça supera infinitamente o pecado e o mal (cf. Rm 5,20).

Tal afirmação ficará mais clara se recuperarmos a dimensão cristológica da soteriologia, conforme já afirmamos no item 2. E, sobretudo, se não recuperarmos a cristologia apenas em chave redentora, como se Jesus Cristo tivesse vindo ao mundo apenas para corrigir um erro cometido, mas se o fizermos em chave mais ampla, trazendo presente o fato de que o ser humano foi criado em Cristo e que a encarnação é a plenitude desta criação<sup>113</sup>.

Sendo assim, e chegando ao fim deste breve panorama sobre a salvação e o mal na reflexão teológica atual, sempre amparados numa abordagem histórica, podemos passar a um segundo momento, no qual apresentaremos a

<sup>112</sup> RUBIO, A. G., *Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*, p. 644.

<sup>113</sup> Cf. RUBIO, A. G., op. cit., p. 645-646; MIRANDA, M.F., *A Salvação de Jesus Cristo*, p. 43.

visão do teólogo Andrés Torres Queiruga a respeito do tema, objeto principal do nosso estudo. cremos ter ficado explícito o fato de que as categorias com as quais estamos nos deparando, embora digam respeito a realidades fontais da vida humana, requisitam de nós leituras sempre atualizadas a partir das novas perguntas e dos novos problemas que cada geração é obrigada a enfrentar. Ao longo da história, os desafios colocados pela realidade não só forçaram a apresentação de enfoques diferentes do mesmo mistério, como levaram ao desenvolvimento da reflexão a respeito dele. Dessa forma, num mundo tão diferente em que nos encontramos em relação ao mundo bíblico, a exigência de aprofundamento e de revisão é tão premente quanto a tarefa de se fazer um discurso teológico que responda de fato às perguntas que estão sendo feitas pelos homens e mulheres do nosso tempo. É o que Torres Queiruga tenta fazer.